Cidade Maravilhosa, Cidade Partida, Cidade Vendida

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo

O artigo, inserido na celebração crítica dos 450 anos de fundação da cidade do Rio de Janeiro, aborda alguns elementos da dita magia da vida carioca, idealizada pela moderna opinião generalizada, analisando ainda elementos sociais, políticos e ideológicos que estabelecem na gestão pública da cidade disposições violentas, ratificadas pela criminalização e estigmatização da pobreza. Em nome dos projetos urbanísticos de modernização da cidade do Rio de Janeiro, concretiza-se a sua venda ao empresariado espoliador da coisa pública.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Violência; Espoliação Urbana; Pobreza; Divisão Social.

* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Professor do Curso de Especialização em Pesquisa de Mercado e Opinião Pública-UERJ.

"Não existe cidade mais bela no mundo –
e quem alguma vez a viu não discordará –,
mais impenetrável, mais misteriosa.
Impossível conhecê-la por inteiro"
(ZWEIG, 2006, p. 153).

Introdução

Toda cidade exerce sobre os seus habitantes um efeito atrativo pleno de amor pelo espaço circundante da urbe, circunstância que a torna digna de celebração em versos, prosa, música, pinturas, esculturas, ensaios acadêmicos e outros recursos expressivos possíveis. É talvez muito difícil se distanciar do local onde nascemos e desenvolvemos nossa formação existencial e cultural. A cidade do Rio de Janeiro, considerada como o cartão-postal do Brasil, a grande vitrine cultural da nação, apresenta esse caráter acolhedor, não importa em qual região se habite e seus inerentes problemas estruturais. Contudo, apesar das maravilhas naturais da cidade do Rio de Janeiro, não podemos deixar de elencar os problemas sociais e políticos que a afetam em decorrência da gestão plutocrática que a domina nos difíceis tempos da ideologia neoliberal, hegemonia política que estabelece uma grande cisão social na vivência cotidiana da cidade, impedindo o seu efetivo progresso humano de maneira isonômica. Por conseguinte, em nome da dignidade cultural da cidade do Rio de Janeiro, é imprescindível que se faça uma crítica ao regime empresarial que está alocado nas suas estruturas de poder, assim como aos preconceitos arraigados nas interações prosaicas ocorridas no cotidiano da vida carioca que povoam o imaginário reacionário de nossa opinião pública. Certamente é impossível desenvolvermos uma organização de cidade isenta de problemas e contradições, mas ao menos cabe que todos nós lutemos por melhorias radicais em todas as suas dimensões existenciais, sociais e políticas.

Os mistérios e encantos do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro é uma fábrica de signos, e talvez nem mesmo uma vida inteira dedicada ao estudo cidade permita compreendermos todos os seus detalhes. Nenhum investigador será capaz de descobrir e vivenciar todos os cantos e recantos da cidade, mesmo que conte com o auxílio dos mais poderosos instrumentos eletrônicos. Existe um mapa da cidade que só pode ser decifrado pessoalmente, através da visitação aos locais, dos mais sofisticados aos mais decadentes. Quem deseja conhecer a intensidade da cidade deve inevitavelmente se despojar dos seus próprios preconceitos culturais.

Dentre tantos nomes célebres que investigaram a imanência do espírito carioca, aproveitaremos as contribuições de dois autores: João do Rio (Paulo Barreto), nascido nessa terra, e Stefan Zweig, judeu austríaco que, aportando no Brasil após perambular pelo Velho Mundo em busca de refúgio diante da crise de dissolução europeia em decorrência do avanço do totalitarismo fascista, encontrou breve acolhida por aqui, oportunidade na qual conseguiu apresentar belas páginas de impressões sobre o espírito brasileiro, em especial sobre a urbe carioca, testemunho imortal desse grande gênio.

João do Rio, encarnando o modo de ser do intelectual boêmio, um dândi dionisíaco, se configura como o cronista de uma cidade em ebulição que vivenciava um vertiginoso processo de urbanização, circunstância que altera o cotidiano social e suas inerentes relações interpessoais. Espaço de convivência por excelência, ainda que muitas vezes em condições tempestuosas, a rua é o grande caleidoscópio dos tipos humanos que expressam a multiplicidade de signos da cidade:

> A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa de seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiras e canteiros, ao erguer as pedras para as frontarias, cantarem, cobertos de suor, uma melopeia tão triste que pelo ar parece um arquejante soluço. A rua sente nos nervos essa miséria da criação, e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas (JOÃO DO RIO, 2011, p. 30).

A profundidade da vida carioca, paradoxalmente, se expressa pela afirmação da aparência, pelo triunfo da visibilidade, pois suas belezas naturais conjugadas com a engenhosidade dos arquitetos e construtores a torna um espetáculo a ser contemplado continuamente pelo observador que por aqui perambula. Em sua essência, o espírito carioca se evidencia radicalmente contrário a todo puritanismo normativo, a todo intimismo melancólico. O Rio de Janeiro é uma cidade ontologicamente e fisiologicamente avessa ao artificialismo capitalista, não obstante sua adequação aos moldes econômicos desse regime no seu processo de modernização estrutural.

Vejamos agora o panorama da cidade do Rio de Janeiro pela perspectiva do grande cronista cosmopolita que foi Stefan Zweig, o judeu errante que vislumbrou no Brasil um país do futuro, a esperança de renovação do mundo frente o fracasso moral e a decadência da civilização europeia. Esse grande mestre da humanidade não é parcimonioso na sua descrição sobre o esplendor carioca:

> Nunca abarcamos o perfil inteiro da cidade, pois ela tem dúzias de perfis, melhor: centenas. É sempre diferente, vista de qualquer lado, de qualquer plano, de qualquer perspectiva, por dentro e por fora, vista do alto ou de baixo, de um morro, do mar, da rua, do avião, da barca, de cada casa e de cada andar e de cada cômodo. Quem sai do Rio para qualquer outra cidade achará as cores sem brilho, os transeuntes, monótonos, a vida, muito ordenada e excessivamente homogênea. Depois do Rio, tudo é desencanto, tudo parece sombreado, depois desta embriaguez de cores e formas, depois da divina variedade desta cidade (ZWEIG, 2006, p. 155).

A narrativa de Stefan Zweig acerca dos encantos naturais da Cidade Maravilhosa expressa o sentimento de acolhimento que este grande homem de letras, pacifista, encontrou em terras brasileiras ao fugir dos horrores da destruição bélica do Velho Mundo e da grande barbárie nazista. Independentemente dos acentos idealizados que Zweig redige em prol da cidade Rio de Janeiro, talvez um dos aspectos mais cruciais para a compreensão do modo de ser do espírito carioca apontado pelo autor seja o da receptividade para com o estrangeiro, ainda que tal disposição muitas vezes seja motivada por interesses pecuniários. Com efeito, constituindo-se ao longo do seu processo de modernização como uma cidade turística, cartão-postal do Brasil perante o olhar do mundo, o Rio de Janeiro acostumou-se paulatinamente a lidar calorosamente com a miríade de estrangeiros que aqui aportam a cada dia em busca das mais diversas experiências existenciais e novidades antropológicas.

Mesmo que a prestação de serviços seja aquém do conveniente e a segurança não seja o quesito mais aplicado pelos mantenedores da ordem pública da cidade, a magia agregadora do Rio de Janeiro continua seduzindo o imaginário mundial com suas belas imagens e pelas suas promessas de satisfação dos desejos mais efusivos daqueles que compartilhavam suas forças vitais com o solo sagrado da cidade. Sobre as maravilhas da cidade do Rio de Janeiro, Stefan Zweig afirma ainda que

> Ninguém que já esteve aqui gosta de dar adeus. Em cada despedida e em cada lugar acende-se o desejo de voltar. Beleza é algo raro, e beleza perfeita, quase um sonho. A cidade mais bela de todas as cidades torna esse sonho realidade, mesmo nas horas sombrias; não existe outra cidade no mundo que saiba nos consolar (ZWEIG, 2006, p, 193).

Assim como muitas outras cidades do mundo, o Rio de Janeiro possui as suas belezas naturais e as provas materiais da engenhosidade humana em seus prédios, ruas, monumentos e, em especial em decorrência das primeiras qualidades elencadas, recebeu o majestoso epíteto de Cidade Maravilhosa, cidade de encantos mil, cidade coração do Brasil, cidade do Samba, predicados do grande capital cultural da cidade que é convenientemente explorado pela indústria turística. Contudo, apesar dos evidentes traços de beleza presentes em algumas zonas privilegiadas da cidade, nem todos os bairros cariocas, seja pelas condições desgraciosas do meio ambiente de algumas localidades, seja pela degradação ocorrida no processo de urbanização de determinados rincões, fariam jus a tal epíteto, mas em especial apenas a extensa faixa litorânea da cidade e algumas belas montanhas que adornam o mapa carioca.

Se de fato a beleza maravilhosa fosse onipresente na cidade do Rio de Janeiro, as favelas que margeiam as grandes estradas, avenidas e rodovias cariocas não receberiam as infames placas adornadas com motivos turísticos que servem tanto de escudo protetor para os veículos que trafegam nessas vias como também de disfarce para os olhos das pessoas que inexoravelmente necessitam transitar pelas zonas estruturalmente degradadas da cidade. Esse procedimento é como o ato de se colocar a sujeira debaixo do tapete: o problema continua ali, é apenas encoberto, pois não interessa a sua erradicação justa e conveniente. O Rio de Janeiro é assim não apenas a Cidade Maravilhosa, mas também o purgatório da beleza e do caos, onde as paixões humanas mais estridentes afloram sob o calor escaldante do Sol inclemente.

Rio de Janeiro, Cidade Partida, Cidade Vendida

A cidade do Rio de Janeiro é imputada pela opinião generalizada como um local aprazível para se viver, e quem de fato habita nas zonas litorâneas ou próximas das regiões mais arborizadas considera talvez viver no próprio paraíso terreno. Muitas imagens de beleza podem ser registradas de diversos bairros da cidade, servindo de inspiração para pinturas, esculturas, poemas, canções e fotografias. Porém, para além desses encantos naturais que tanto seduzem seus contempladores, não podemos deixar de reconhecer as contradições internas da sociedade carioca, problemas esses que se enraízam desde as priscas eras do período colonial e que de modo algum foram resolvidos satisfatoriamente em nosso processo de modernização; o tão proclamado progresso tecnológico, industrial e informacional, se porventura proporcionou melhorias na infraestrutura urbana da cidade, por outro lado favoreceu a amplificação do hiato social entre a elite plenamente satisfeita em suas aspirações materiais e a grande massa alheada dos benefícios da cidadania efetiva.

Zuenir Ventura denomina o Rio de Janeiro como a Cidade Partida, em decorrência da grande cisão histórica entre o lado belo e próspero e o lado feio e pobre da cidade, ruptura essa que cada vez mais evidencia os efeitos degenerativos de sua tensão sociopolítica em todas as dimensões da vida pública carioca. Em verdade sempre existiu essa separação radical entre os eleitos e os danados da sociedade carioca, sendo que talvez, em decorrência da menor exposição midiática das grandes mazelas que afligem o coração da cidade, a percepção desse hiato fosse menor para os habitantes de outrora, que inclusive atuavam em um espaço vital muito mais reduzido, em decorrência das limitações de locomoção interurbana. Para Zuenir Ventura,

> A cidade só poderia ser uma quando conhecesse o "outro lado", aquele que antes era percebido pelo carnaval e o samba e que agora o era pela violência. Temia-se que o morro deixasse de descer para divertir e prestar serviço e passasse a descer armado (VENTURA, 1994, p. 140).

O abismo está sempre diante do cândido "cidadão respeitável", que, alheio ao mal-estar social que envolve a textura carioca, acreditava viver no Éden terreno, livre de toda dor, de todo incômodo produzido pelos atritos discordantes da convivência pessoal e da agressividade da violência humana, realizando assim suas domingadas sociais diariamente, até o momento em que o flagelo da dor o atinge e dissipa o véu de ilusão no qual ele vivia

tranquilamente até então. Latrocínios e sequestros é o quinhão para todo cidadão carioca que possua maior poder aquisitivo, e nenhuma certeza de segurança plena pode existir para ninguém que trafegue pelo Rio de Janeiro diariamente. Talvez nada expresse mais a contingência da vida do que ser atingido por uma bala perdida: quantos projetos existenciais são truncados graças a esse signo maléfico da violência endêmica que povoa nossa cidade, tiros alvejados por personagens sociais que se encontram, a rigor, para além de toda distinção rigorosa de Bem e de Mal. Nessas condições, qual a diferença moral existe entre a necrofilia do militarismo das corporações policiais e os delitos dos criminosos? Qualquer tentativa de moralizar as relações de forças da luta da ordem estatal contra os ditos meliantes se torna não mais uma análise fria dos acontecimentos sociais em um viés filosófico multidisciplinar, mas sim teologia política secularizada.

Em vista da argumentação apresentada nas linhas precedentes, podemos ousar afirmar que o Rio de Janeiro nunca foi efetivamente uma cidade partida, pois jamais existiu de fato uma unidade social intrínseca desde os seus primórdios que fosse posteriormente dissolvida ao longo do tempo, de modo a justificar o adjetivo; no entanto, a narrativa de Zuenir Ventura é um retrato nu e cru da ausência de um processo integrador na cidade do Rio de Janeiro, perpetuando-se assim os bolsões de pobreza que, volta e meia, rebentam e incomodam a bonomia burguesa. Somente quando os marginais sociais irrompem em cena como protagonistas da vida pública é que os estamentos economicamente mais favorecidos tomam nota da existência dessa massa humana desprovida de cidadania. Nesse grave momento a sociedade abastada reconhece a existência da pobreza urbana, ainda que primeiramente a observe sob a proteção dos vidros blindados dos seus automóveis que trafegam ansiosamente pelas ruas, mas quando o choque de real ataca a carne do cidadão economicamente viável pela explosão de violência da massa periférica, o estrago já ocorreu e restam apenas lágrimas para essa elite narcotizada pelas benesses de seu prazer cotidiano.

As classes dominantes brasileiras sempre espoliaram os subalternos, não importa sob quais configurações sociais e econômicas; a pobreza sempre foi reprimida e criminalizada como o elemento sujo a ser mantido sob o rígido controle dos aparatos policialescos do poder estabelecido, que legisla em prol dos interesses dessas elites que prosperaram através da exploração da força vital da grande massa de excluídos, pessoas que somente existem para servir de repasto para essa estrutura parasitária que comanda a vida nacional. Para que tenhamos plena noção do que é viver em uma cidade sob a égide da divisão social e de seus muros simbólicos, é imprescindível que antes conheçamos as suas bases unitárias primordiais; todavia, como esta nunca existiu, o termo “Cidade Partida”, apesar de sua poderosa carga semântica, escamoteia as contradições originárias que operam na formação societária do Rio de Janeiro desde sua fundação e posterior desenvolvimento material e cultural.

Apesar da postulada tolerância e receptividade calorosa do povo carioca, tal disposição não pode ser universalizada, tampouco imputada como algo intrínseco aos naturais da cidade, pois isso criaria um estofo ontológico para chancelar de maneira transcendental essa simpática característica pretensamente pertencente

ao modo de ser carioca. A hospitalidade estereotipada que se atribui ao carioca é um falseamento ideológico, pois impede a percepção real dos conflitos sociais que reinam na cidade; nessas condições, não é uma essência metafísica que supostamente faz da vivência carioca uma experiência societária aprazível e acolhedora, mas as próprias pessoas dotadas dessas características receptivas.

Um dos cenários mais importantes para a configuração do modo de ser carioca reside na praia. Em especial nos dias tórridos de calor, parece que todos os caminhos e ações sociais convergem para as praias, arrastando multidões para suas disputadas faixas de areia. Aparentemente, poder-se-ia afirmar que todas as diferenças sociais são igualadas na praia. Contudo, habitantes dos bairros nobres do Rio de Janeiro se enojam quando compulsoriamente se encontram compartilhando o espaço público das praias com as hordas suburbanas que se espalham pelas concorridas faixas de areia e pela água, circunstância que exige dessa elite reacionária e arrogante a aceitação forçada de convivência nesse espaço natural, público, bem comum de todos os cidadãos, com esse grande outro da cidade; não seria estranho se no futuro algum parlamentar, vendido aos interesses segregacionistas dessas elites financeiras, aprovar algum projeto de lei cerceando a liberdade de uso das praias e outros bens naturais localizados em áreas de grande valorização imobiliária aos sujeitos desprovidos de maiores recursos financeiros.

A privatização da praia seria o golpe por excelência na efetivação da Cidade Vendida, cuja gestão empresarial atua em nome do benefício particular das castas plutocráticas. A sensação que os membros desse clube de eleitos vivenciam perante as ameaças imaginárias impostas pelos sujeitos suburbanos é difusa, mas nela encontramos traços de medo, ansiedade, escárnio, ódio, repugnância. Porém, talvez essa casta nobre desconheça que, se porventura muitos moradores dos bairros suburbanos cariocas frequentam as praias da Zona Sul da cidade, isso se deve ao crônico processo de degradação ambiental das praias mais afastadas das regiões centrais, praias que, outrora, agregavam grande quantidade de frequentadores das adjacências. A poluição dessas praias ocorreu tanto pelos resíduos industriais de fábricas das quais muitos desses senhores são donos ou acionistas, bem como pelas toneladas de esgoto despejadas diariamente nos canais marinhos. A falta de consciência histórica é um problema que afeta diversos segmentos da população carioca, inclusive os segmentos mais abastados, que obtiveram grande oportunidade de cultivo das suas capacidades intelectuais e acesso aos bens culturais. Esses segmentos sociais reacionários certamente gostariam que os praticantes de arrastões nas praias fossem metralhados pelas forças policiais. Quem sabe no porvir a dita Cidade Maravilhosa tenha até mesmo fossos e muralhas inexpugnáveis dividindo o perímetro da urbe de modo a alojar a massa humana desprovida dos seus direitos em rincões afastados de toda possibilidade de contato com a asséptica elite dominante/rapinante, encerrando-se assim a única possibilidade de convívio democrático entre ricos e pobres em um mesmo espaço de lazer e de trocas culturais. Segundo Antonio Risério,

> As cidades já não erguem muros em seus limites exteriores, os muros são construídos dentro dela. São muros internos, separando

> vizinhos. Trincheiras de cidadãos se precavendo contra seus próprios concidadãos. E esta "arquitetura do medo" se espalhou por todo o planeta (RISÉRIO, 2012, p. 303).

Aliás, os cândidos habitantes das zonas privilegiadas da Cidade Maravilhosa são contrários a todo projeto urbanístico de integração das malhas rodoviárias e metroviárias, pois tal procedimento favorece a aproximação das hordas sujas no seu habitat inviolável. Os subalternos devem servir profissionalmente aos imperativos dos barões sentados em seus vasos sanitários e, após a realização dos seus trabalhos, partir o mais rápido possível para as suas distantes moradias, de modo a não incomodar a paz espiritual dessa elite parasitária. Na sangrenta história da formação urbanística da cidade do Rio de Janeiro, muitos terrenos onde hoje habitam distintas famílias de arrogada tradição nobiliárquica, outrora pertenceram a massas humanas desvaliadas, espoliadas de todo direito social, expulsas para regiões periféricas como sujeira que se coloca debaixo do tapete. Conforme salienta Adir Ubaldo Rech

> A primeira constatação que se deve fazer é que o objetivo da cidade, que era o bem-estar, a convivência e a segurança, fica em segundo plano, pois, ao sentir o gosto do poder, a classe dominante transforma o próprio poder em objetivo e ideal a ser perseguido. A cidade ideal é substituída pela luta e conquista do poder (RECH, 2007, p. 21).

A instauração das famigeradas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas cariocas representa a concretização do projeto social disciplinar e de controle das massas humanas periféricas, alienadas de toda cidadania, em prol da realização do projeto espetacular da cidade para os grandes eventos esportivos, fonte de elevadíssimos lucros para corporações empresariais que aqui investem os seus capitais. Antes da realização de tais acontecimentos espetaculares inexistiam maiores interesses de inserção de núcleos estratégicos policiais no interior das favelas cariocas, fato que evidencia que a motivação para tais empreendimentos não reside no aprimoramento da qualidade de vida e segurança das populações locais, mas sim em exercer sobre as mesmas um poder onipresente tão opressivo quanto o marginal. Vemos assim a realização do autoritarismo do Estado Policial em seus traços evidentemente fascistas, pois a cidade se encontra em uma verdadeira guerra social. Para Marcos Barreira,

> Com o falatório em torno da "pacificação", o discurso dominante reduz o crime à sua dimensão mais visível e espetacular, o conflito aberto, enquanto a favela permanece estigmatizada como território de violência em potencial que demanda controle permanente (BARREIRA, 2013, p. 151).

Exerce-se um monitoramento ostensivo nesses entroncamentos urbanos desprovidos de condições convenientes de qualidade de vida substituindo-se um modelo de dominação (narcotráfico) por outro (militarismo policial, assecla dos interesses empresariais que necessitam de ordenação social para que possam assim efetivar suas falcatruas com mais segurança e margem de estabilidade). Contudo, a experiência concreta prova que a presença estratégica dos aparatos policiais nas favelas cariocas apenas atenuou a ação explosiva do narcotráfico, sem de fato erradicá-lo. Aliás, cabe ressaltar que as figuras mais perigosas que atentam contra o bem-estar coletivo da sociedade carioca não

se encontram nessas favelas, mas nas zonas abastadas da cidade, onde ocorrem os maiores atentados contra a ordem pública, tais como falcatruas, corrupções generalizadas e outros crimes verdadeiramente hediondos.

Outro grande problema que assola os moradores das favelas "pacificadas" graças aos efetivos policiais alocados nessas regiões consiste no encarecimento do custo de vida e da valorização imobiliária local, processo de gentrificação que motivou a migração de pessoas que desenvolveram grande parte das suas trajetórias existenciais habitando esses locais para favelas que ainda não receberam a pretensa intervenção civilizadora do militarismo estatal. Por causa da especulação imobiliária que aumenta o valor dos aluguéis das favelas controladas pelas UPPs, muitos moradores, trabalhadores explorados pelo regime de mais-valia, não encontraram outra alternativa senão a de continuarem suas vidas em outras localidades, circunstância que evidencia o caráter terrível dessa vida nua: acuados pelo banditismo, oprimidos pela violência policial, expulsos das suas habitações tradicionais com as quais já desenvolveram laços comunitários e relações de amizade graças aos efeitos secundários da especulação imobiliária, cuja bolha demora a estourar.

A truculência policial somente é permitida nas zonas sociais de exclusão, circunstância que evidencia a criminalização da pobreza latente na gestão empresarial da cidade que, em nome da manutenção dos seus acordos corporativos, necessita controlar as pretensas fontes de ameaças sociais. Luis Carlos Fridman afirma que

> O medo e, acrescente-se, "a política do medo", que instrumentaliza a insegurança com rendimentos políticos e manutenção de relações de poder, fermentam a busca frenética de "inimigos" localizáveis para o estado de desproteção e desamparo. O torpor e a angústia de ser alvo repetido da violência criminosa encontram suas vias de descarga nos "inimigos próximos" (FRIDMAN, 2008, p. 78).

A grande questão é que, se existe a massa marginal da sociedade carioca, ela não surgiu espontaneamente por um ato deliberado dos seus membros ao longo dos anos ou em decorrência de um maligno determinismo metafísico que impôs a separação social entre os bons, os virtuosos, e os maus, os pobres. Nessas condições, todos os cidadãos cariocas são responsáveis pelo mal-estar cotidiano que assola os sujeitos desfavorecidos economicamente, pois a solidariedade que muitas vezes nos une em momentos festivos não se manifesta quando vemos os miseráveis espoliados de seus direitos humanos e nada fazemos para reverter esse quadro. Conforme argumenta Nilo Batista,

> Propensão para o crime tem é o Estado que permite a carência, a miséria, a subnutrição e a doença – em suma, que cria a favela e as condições sub-humanas de vida. É fácil dizer que "bandido tem é que morrer" e invadir casas de famílias honestas, de trabalhadores, e consentir que disparos perdidos matem inocentes. Difícil é cobrar do Estado o respeito à lei e a proteção dos direitos que toda pessoa tem, a começar pela vida (BATISTA, 1990, p. 159).

O Estado muitas vezes consegue trancafiar o criminoso sem executá-lo pelas armas policiais, mas não lhe oferece os direitos constitucionais legais mantenedores da dignidade humana. Dessa maneira, o Estado se torna também um grande criminoso, pois um

delito não pode suprimir outro delito. É muito fácil um reacionário criticar a proteção legal da integridade existencial do criminoso, direito garantido pela nossa constituição moderna, mas apelar para as próprias leis na luta pela manutenção dos seus direitos contra toda ameaça externa, agressão, roubo. A má distribuição de riquezas e a precariedade na prestação de serviços públicos essenciais são fatores determinantes na histórica fragmentação social do povo carioca, assim como a violência legitimada pelo poder estatal contra todo tipo de dissenso social. Lucio Kowarick argumenta que

> A violência está fortemente presente no cotidiano de nossas cidades, não apenas a da polícia ou dos bandidos, mas também a dos salários, transportes e jornadas de trabalho, isso para não falar das situações de doenças, acidentes e desemprego ou nas formas espoliativas de moradia. E enquanto assim for, muitos permanecerão na condição de subcidadania. Sem direito à cidade (KOWARICK, 2000, p. 55).

A multidão de oprimidos clama por paz, justiça e liberdade, fundamentos básicos para a formação de uma vida efetivamente cidadã, e todos os meios utilizados para concretizar esses três estados existenciais são eticamente legítimos, ainda que o formalismo jurídico, curvado aos interesses das classes dominantes, apregoe o contrário. O crime apresenta um caráter positivo na imanência social, pois significa que existe algo de errado na vida pública, um grave problema a ser corrigido em vista da instauração do bem comum. Conforme aponta Michel Misse, "As violências dizem muito sobre a complexidade de uma sociedade e sobre o estado em que se encontram as instituições" (MISSE, 2011, p. 106). Somente a mentalidade tacanha do burguês idiotizado pelo conforto material não é capaz de perceber que por trás das aparências de sua vida medíocre esconde-se a lava de um vulcão prestes a explodir. O poder judiciário chancela a opressão burguesa sobre o grande proletariado e todos os deserdados do sistema capitalista. Para Nilo Batista, "O Direito Penal é realmente Direito dos pobres, não porque os tutele e os proteja, mas porque sobre eles, exclusivamente, faz recair sua força e seu dramático rigor" (BATISTA, 1990, p. 94).

O crime cometido por pessoas pobres, não importa qual seja, adquire muito mais gravidade do que os mais praticados pelos bens nascidos e pelos pilantras de colarinho branco. Odiamos os infratores depauperados que ofendem particulares, mas somos extremamente complacentes com criminosos de beca que roubam e prejudicam assim a vida de milhões de pessoas, afetadas diretamente pela rapinagem dessa corja imune a todo tipo de punição. João C. Galvão Jr. Argumenta que

> Tudo isso que até agora tem o nome de verdade, lei, justiça e ordem foi reconhecido como a mais nefasta forma de segregar o homem com o pretexto de "melhorar" a sociedade, sangrando a própria vida. Essa justiça, suas leis e verdades inquestionáveis, seus justiceiros (todos que servem a mesma) foi arquitetada como a antítese da vida, tendo sido reunido nela tudo o que há de venenoso, todo o ódio mortal contra a vida (GALVÃO JR, 2004, p. 111).

Usualmente se afirma que a justiça é cega, mas ela enxerga muito bem as divisões de classe sociais. Eis um resquício de nosso passado patriarcalista/escravista, no qual o nome da família ou a posse financeira tornam

o sujeito socialmente e moralmente superior aos demais. Segundo José Augusto Lindgren Alves

> A criminalidade comum realmente não tem estereótipos de localização privilegiada. Mas tanto nas sociedades ricas, como nas emergentes, é vista de forma reducionista como "coisa de pobres", desconsiderando-se como irrelevante o fato de serem eles também as vítimas mais numerosas. Desconsideram-se também como menos ameaçadores os crimes de "colarinho branco", não obstante o raio incomparavelmente maior de seu alcance (ALVES, 2005, p. 27, nota 10).

O sangue dos miseráveis que irriga a terra clama por justiça, justiça para além de toda burocracia estatal. O esplendor do Rio de Janeiro foi conquistado através da carne esmagada dos índios, dos negros, dos pobres, dos trabalhadores. Na violência intestina da cidade impera o princípio da neofilia, mortes nuas, mortes cruas, mortes vãs, mortes anônimas, que a cada dia se somam aos anais da banalidade da existência lesada, asfixiada na carne e no espírito. Marcos Rolim argumenta que

> A violência policial, bem como toda atividade estruturada pelo modelo reativo de policiamento, é seletiva. Ela se faz presente quando as vítimas são pobres e humildes; quando os próprios policiais intuem que elas situam-se tão à margem da sociedade que seus eventuais e improváveis protestos não serão ouvidos (ROLIM, 2006, p. 48).

As intervenções urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro poderão talvez em longo prazo aumentar a qualidade de vida dos seus habitantes e de todos aqueles que por aqui circulam diariamente; todavia, a motivação primordial para as obras espalhadas pelas malhas da cidade não visa, primeiramente, melhorar o bem-estar dos cidadãos cariocas e visitantes, mas em especial facilitar a circulação dos fluxos sociais necessários para as operações econômicas, produtivas e turísticas da Cidade Maravilhosa / Cidade Espetáculo destinada ao consumo elitizado. Tal como na controversa reforma urbanística planejada por Pereira Passos e no saneamento capitaneado pelo médico Oswaldo Cruz com a plena anuência do poder federal nos incipientes anos do governo republicano, os benefícios citadinos são consequências secundárias dos projetos de assepsia social, não o interesse fundamental que se torna o motor para tais intervenções urbanísticas. Obviamente que, na política real, o que importa tão os fatos, não as intenções dos seus executores; contudo, conhecendo-se as intenções, podemos desmistificar as ideologias que perpassam os procedimentos públicos aplicados pelo poder vigente no exercício das suas ações políticas.

A modernização urbanística da cidade do Rio de Janeiro não é compatível com a manutenção da pobreza nos grandes eixos empresariais/comerciais e nos bairros em que se detectam filões residenciais para abrigar as casas dos membros da elite econômica; para tanto, os moradores das casas imputadas como insalubres devem ser expulsos das suas habitações e atirados ao esquecimento suburbano, ou ainda alocados nas favelas. Esse procedimento excludente se torna o grande ato de violência contra a pobreza humana na história carioca, o oprimido urbano sem casa, sem pão, sem sua cidadania, roubada pela rapinagem das castas abastadas. Marcos Barreira aponta que

> A produção incessante de espaços segregados contrasta com a imagem de integração social fartamente

> oferecida pelo discurso publicitário. A concepção de uma cidade competitiva e "global", longe de atingir os objetivos propalados, apenas reforça tendências negativas já existentes, como a disparidade entre as áreas economicamente centrais e as periferias abandonadas (BARREIRA, 2013, p. 162).

Tudo aquilo que prejudica a satisfação dos interesses empresariais deve ser limpo, purificado, demolido, destruído, aniquilado, e se porventura os resultados concretos dessas transformações urbanísticas beneficiam o povo de maneira geral, tanto melhor, caso contrário, pior para a sociedade como um todo. Eis assim os traços componentes da Cidade Vendida, pois o Rio de Janeiro não pertence ao povo soberano tal como apregoado formalmente na teoria, mas aos empresários que determinam na prática como devemos viver e sob quais condições materiais. O organismo da cidade se converte assim em uma grande prostituta pronta para ceder aos encantos sedutores de seu corpo para aqueles que pagarem mais. Para Carlos Vainer,

> Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis (VAINER, 2012, p. 83).

Os gabinetes políticos se configuram assim como grandes balcões de negócio onde são realizadas operações muito mais aviltantes para o bem comum do que as perpetradas pelo narcotráfico, estigmatizada como o inimigo público por excelência do povo carioca graças ao efeito manipulador da mídia corporativa, cão de guarda dos valores empresariais. Quando os próprios mandatários da cidade realizam festins regados pelos mais diversos entorpecentes, que legitimidade existe nos atos policiais de repressão ao narcotráfico? A casta política do poder plutocrático é a ladra que rouba e manda matar. Mas enquanto houver a integração do sistema espetacular de entretenimento alienante na vida da massa, narcotizada pelos efeitos prazerosos da diversão despolitizada, o processo de espoliação do bem comum irá se perpetuar, pois não existem corpos de resistência aos desmandos da casta política alojada nos gabinetes oficiais. O pior atentado contra o regime plutocrático é a luta multitudinária contra os seus desmandos aviltantes, por isso os sujeitos que lutam pela transformação política autêntica mediante a eliminação dos grupos corruptos mancomunados com o sistema empresarial são ferozmente reprimidos pelas forças policiais e julgados severamente pelos magistrados como terroristas, pois tais ações contestatórias ameaçam o enriquecimento de toda essa grande elite de parasitas sociais.

Para o regime neoliberal da cidade e suas interfaces espetaculares plenamente aproveitadas pelas corporações empresariais, não há alternativa possível: tudo deve se curvar e se calar diante dos imperativos econômicos que favorecem a expansão do capital dos amigos do governo, toda dissensão é um crime hediondo. A ideologia neoliberal pressupõe a consolidação do Estado Mínimo e todo direcionamento das decisões administrativas mais importantes para o livre mercado, mas apresenta o seu passo em falso quando percebemos que, na sua efetivação concreta na política governamental, toda vez que as

empresas necessitam consolidar seus negócios escusos e se encontram em aperto financeiro, não hesitam em solicitar a ajuda essencial do poder público, em verdade poder vendido. Tanto pior, na espetacularização social, as empresas sectárias do regime neoliberal dependem do braço armado do governo, encarnado na figura do fascismo policial e sua violência legitimada juridicamente, para que seus empreendimentos se realizem sem maiores dificuldades, não importando quantas pessoas comuns sejam prejudicadas por isso. Ora, na Cidade Vendida, de nada vale a vida periférica, apenas servir de repasto aos caprichos dos grandes eleitos, os abençoados pela magia diabólica do Capital.

Considerações finais

A celebração dos 450 anos de fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro não pode, sob o crivo do pensamento crítico, se pautar apenas na exaltação festiva dos seus méritos e encantos, escamoteando-se os seus problemas fundamentais. Amar uma cidade é assim reconhecer as suas deficiências estruturais e denunciar os abusos políticos que a afetam, para que possamos justamente criar uma nova forma de gestão urbana, comprometida com o bem-estar coletivo e o efetivo progresso social. Se porventura a cidade do Rio de Janeiro é um grande chamariz turístico e palco privilegiado de grandes eventos comerciais/esportivos, tais circunstâncias não podem ser aproveitadas pelos espoliadores corporativos como uma fonte de lucro que prospera mediante a opressão da população, submissa ao arbítrio politiqueiro. A gestão multitudinária da cidade exige que a distribuição de todos os bens materiais e culturais seja isonômica, e não um privilégio de consumidores felizes. O Cristo Redentor estende seus braços para todos, brancos, negros, vermelhos, amarelos, mestiços, pobres, ricos, cristãos, judeus, muçulmanos, hinduísta, budistas, xintoístas, espíritas, xamanistas, animistas, candomblecistas, umbandistas, ateístas, capitalistas, socialistas, comunistas, anarquistas, filisteus, burgueses, policiais, criminosos, presidiários, empresários, políticos, revolucionários, operários, diaristas, motoristas, malabaristas, artistas, atletas, estivadores, escritores, poetas, prostitutas, boêmios, professores, filósofos, sociólogos, antropólogos, historiadores, geógrafos, biólogos, médicos, enfermeiros, arquitetos, engenheiros, urbanistas, ecologistas, ambientalistas, naturalistas, melancólicos, coléricos, sanguíneos, fleumáticos, histéricos, neurastênicos e muitos outros tipos humanos, sem esquecermos também da bela flora e da fauna carioca, assim como os mares, rios, florestas e montanhas dessa trágica cidade.

Referências

ALVES, José Augusto Lindgren. **Os Direitos Humanos na pós-modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BARREIRA, Marcos. "Cidade Olímpica: sobre o nexo entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro" In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 129-168.

BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

FRIDMAN, Luis Carlos. "Morte e Vida Favelada" In: SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 77-98.

GALVÃO JR, João C. **Criminologia Dialética. Das imperfeições do Direito Criminal: da**

permanente contestação crítica construtiva. Rio de Janeiro: NPL, 2004.

JOÃO DO RIO (PAULO BARRETO). **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

RECH, Adir Ubaldo. **A exclusão social e o caos nas cidades**: um fato cuja solução também passa pelo Direito como instrumento de construção de um projeto de cidade sustentável. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

RISÉRIO, Antonio. **A Cidade no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2012.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ Oxford: University of Oxford, 2006.

VELHO, Gilberto. "Metrópole, Cultura e conflito" In: VELHO, Gilberto (Org.) **Rio de Janeiro: Cultura, Política e Conflito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 9-29.

VAINER, Carlos. "Pátria, empresa e mercadoria – notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano" In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 75-103.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, um país do futuro**. Trad. de Kristina Michahelles. Porto Alegre: L&PM, 2006.